

RECURSO ESPECIAL Nº 1.467.454 - SP (2014/0161133-7)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : BANCO SUDAMERIS BRASIL SOCIEDADE ANONIMA
ADVOGADOS : MARIA LUCILA MELARAGNO MONTEIRO E OUTRO(S) - SP077227
OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ E OUTRO(S) - DF015553
RECORRIDO : MANOEL MESSIAS DE JESUS SANTOS
ADVOGADO : RONEI LOURENZONI - MG059435

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Banco Sudameris Brasil S.A., com amparo na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 73):

AUTO DE ADJUDICAÇÃO - VALOR - REQUERIMENTO PARA ADJUDICAÇÃO NO VALOR DO DÉBITO SUPERIOR À AVALIAÇÃO - DEFERIMENTO - MODIFICAÇÃO - INADMISSIBILIDADE - ATO PROCESSUAL PERFEITO E ACABADO - AGRAVO DESPROVIDO

Não foram opostos embargos de declaração contra aludida decisão.

A recorrente alega "evidente a ofensa ao disposto no artigo 72, da Lei 5741/71 e artigo 38 e 97 do Código Tributário Nacional e, ainda ao artigo 52, II e 150 da Carta Magna" (e-STJ, fl. 79).

Sustenta, em síntese, que "já existe previsão legal que o recolhimento do ITBI deve ser calculado com base no valor venal do imóvel, que é sua expressão econômica. Portanto qualquer cálculo além da determinação legal torna-se ilegal e inconstitucional" (e-STJ, fl. 84).

Não foram apresentadas contrarrazões.

O recurso especial foi admitido na origem.

É o relatório.

As disposições dos arts. 72 da Lei n. 5.741/1971; 38 e 97 do CTN e as teses a elas vinculadas não foram objeto de análise pela instância de origem. Frise-se que a parte recorrente nem sequer opôs declaratórios em oposição ao pronunciamento impugnado buscando a manifestação do Tribunal *a quo* sobre o tema.

Dessa forma, impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o necessário e indispensável exame da questão pela decisão recorrida, apto a viabilizar a pretensão recursal com base no art. 105, III, "a", da Constituição Federal.

Incide no caso, portanto, o disposto nas Súmulas 282 e 356 do STF, a seguir transcritas:

Súmula 282: "É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida a questão federal suscitada."

Súmula 356: "O ponto omissis da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento."

Sobre o tema, os seguintes precedentes jurisprudenciais das Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA.

1. "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2 - STJ).

2. A aplicação dos dispositivos legais tidos por violados (arts. 128, 460 e 515 do CPC/1973) não foi efetivamente apreciada pelo acórdão recorrido, carecendo o recurso especial do requisito do prequestionamento, nos termos da Súmula 282 do STF.

3. "O juízo de admissibilidade do recurso especial é bifásico, por isso, a decisão proferida pelo Tribunal de origem não vincula esta Corte, que tem competência plena para verificar, novamente, o preenchimento dos pressupostos recursais. (AgInt no REsp 1605431/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 04/02/2019).

4. Há prequestionamento implícito quando a Corte de origem, mesmo sem a menção expressa ao dispositivo de lei federal tido por violado, manifesta-se, no acórdão impugnado, acerca da tese jurídica apontada pelo recorrente, situação não verificada na hipótese.

5. Esta Corte tem entendido que o acolhimento do prequestionamento ficto de que trata o art. 1.025 do CPC/2015, na via do especial, exige do recorrente a indicação de violação do art. 1.022 do CPC/2015, "para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (AgInt no AREsp 1.067.275/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Segunda Turma, julgado em 03/10/2017, DJe 13/10/2017, e AgInt no REsp 1.631.358/RN, Rel. Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017), o que também não aconteceu *in casu*.

6. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1.505.050/SC, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 1º/7/2019, DJe 2/8/2019)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. DECISÃO

ULTRA PETITA. OPOSTOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MATÉRIA NÃO APRECIADA SOB ESTE ENFOQUE. NÃO APONTADO POR VIOLADO O ART. 1.022 DO NCPC NO RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO FICTO (ART. 1.025 DO NCPC). MULTA APLICADA POR ATRASO NO CUMPRIMENTO. ANÁLISE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULAS 5 E 7/STJ. RECURSO DA CET/SANTOS

1. O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, decidiu: "Assim, não há que se falar em impossibilidade de cumprimento da obrigação, até porque a autora não se desincumbiu do ônus, seu, de provar essa impossibilidade. O fato de, com as alterações, ter ocorrido uma diminuição do objeto contratual é lícito, vez que a diminuição era expressamente prevista em contrato (Cláusula 10.1 fl. 163) e ocorreu dentro dos limites previstos no art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Correta, então, a imposição de multa, entretanto, considerando que a avaliação da execução do contrato deve ser feita analisando seu conjunto e as condutas das partes ao longo da sua execução, o montante da penalidade imposta (mesmo considerada a redução determinada na r. sentença) é muito elevado e deve ser reduzido".

2. Assim, para chegar a entendimento diverso do contido na decisão recorrida, é necessário o revolvimento das provas apresentadas, bem como interpretar as cláusulas do contrato administrativo em questão, o que encontra óbice nas Súmulas 5 e 7 do STJ. RECURSO DA TECDET

3. O conteúdo normativo do art. 492 do CPC/2015, indicado como violado, não foi objeto de debate no Tribunal de origem, o que evidencia a ausência de prequestionamento.

4. Ressalte-se que a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em Recurso Especial, exige que seja indicada violação do art. 1.022 do CPC/2015, para que se possibilite ao órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que, uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei, ônus do qual a recorrente não se desincumbiu.

5. Recusos Especiais não conhecidos.

(REsp 1.806.837/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/6/2019, DJe 1º/7/2019)

Por fim, no que tange às alegações relacionadas aos indicados dispositivos constitucionais, mostra-se inviável a análise do pleito da parte requerente por esta Corte de Justiça, uma vez que o recurso especial se destina a uniformizar a interpretação da legislação infraconstitucional e não a avaliar o acerto ou desacerto do aresto combatido na aplicação de normas constitucionais.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator